

A PERSPECTIVA EDUCACIONAL DO AUTISTA NUMA ESFERA INCLUSIVA

Rafaela de Camargo Crispim de Oliveira¹

RESUMO

O presente estudo busca compreender o processo educacional inclusivo em face à educação do autista. Ressalta a importância do planejamento, onde com esta visão, as atividades voltadas à inclusão realizadas na escola muitas vezes são somente para passar o tempo durante a estadia da criança nela e não com intuito pedagógico que irá desenvolver o aspecto cognitivo dela. Buscando contradizer tais pensamentos é que se desenvolve o presente, a fim de mostrar o que se trabalha na educação infantil hoje em dia e o que deveria ser ensinado a fim de transformar esse espaço em um ambiente de aprendizagem, respeitando as diferenças, bem como atingindo suas metas estabelecidas através de diversas atividades que possam ser desenvolvidas no espaço escolar. O presente estudo se deu através de revisão bibliográfica

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Autismo. Aprendizagem.

ABSTRACT

The present study seeks to understand the inclusive educational process in relation to autistic education. It highlights the importance of planning, where with this vision, activities aimed at inclusion carried out at school are often just to pass the time during the child's stay there and not with a pedagogical purpose that will develop their cognitive aspect. Seeking to contradict such thoughts, the present is developed in order to show what is being worked on in early childhood education today and what should be taught in order to transform this space into a learning environment, respecting differences, as well as achieving their goals established through various activities that can be developed in the school space. The present study was carried out through a bibliographical review

KEYWORDS: Education. Autism. Learning.

¹ Aluna do Curso de Pós-Graduação em Autismo do Centro Universitário Cidade Verde - UniCV. E-mail
lelaxpoles@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

As crianças apresentam distúrbio no processamento das informações sensoriais na resolução de testes que exijam habilidades de memória e motora, assim a percepção e a significação não apresenta uma resposta adequada.

Mesmo com estas limitações os indivíduos apresentam uma sensibilidade aguçada em outras áreas como, por exemplo, no que diz respeito aos estímulos auditivos devendo tal ferramenta ser explorada proporcionando o desenvolvimento.

O autismo comumente tem o seu maior problema com o seu Encaminhamento tardio para acompanhamento por especialista, onde tão somente na idade escolar é que se tem início fazendo com que esse seja mais dificultoso, quando há um tratamento precoce antes dos 3 anos de idade, a criança apresenta maior sensibilidade e naturalidade para contenção dos estímulos e melhor aprendizagem. Esse encaminhamento na idade escolar tarde se dá na escola, onde verifica-se a falha na comunicação e na interação com o grupo, fazendo com que o aluno apresente dificuldade de desenvolvimento.

1. A educação infantil inclusiva e as perspectivas do autista

Falar sobre a educação infantil e viabilizar e frisar o direito social abordado na realidade educacional brasileira no final do século XX, pois está baseado na Constituição Federal de 1988 em que a criança obrigatoriamente deve estar matriculada em creches e pré-escolas preferencialmente da sua comunidade. De acordo com Sarmiento (2013, p. 70), a ideia de infância é uma ideia moderna, sendo que grande parte da Idade Média as crianças eram simplesmente consideradas meros seres biológicos, sem estatuto social nem autonomia existencial.

A partir do século XX, muitas unidades de ensino começaram a integrar o desafio de inclusão para com alunos com deficiência, fazendo com que eliminasse a visão de diferenças ou impossibilidades. Nessa perspectiva, as questões de desvio, estereótipos e preconceitos, comportamentos, atitudes e expectativas são analisadas no contexto da totalidade de vida, na qual os participantes alunos, pais, professores e comunidade escolar estão envolvidos mutuamente num sistema relacional mais amplo.

Petersen & Wainer (2011, p. 87), relatam que a avaliação diagnóstica de crianças com suspeita de autismo deve compreender uma observação dos comportamentos desviantes em comparação com aqueles presentes no curso normal do desenvolvimento infantil, em especial

nas dimensões de orientação e comunicação social, e não ser apenas uma checagem da presença ou ausência de sintomas.

Inicialmente o presente estudo visa definir o que é o autismo e como esta síndrome comportamental afeta o desenvolvimento das crianças em fase educacional.

Crianças autistas possuem características marcantes onde a incapacidade de relacionamento com o grupo, além dos distúrbios de linguagem são marcantes. As dificuldades também são relacionadas ao entendimento das demandas sociais e, portanto a sua comunicação e a sua interação com o outro encontra-se prejudicada todas essas dificuldades funcionais Faz com que o indivíduo se torne lento no desempenho das funções necessárias para o convívio em grupo E assim para Santos (2013, p. 06), o autismo pode ser definido como:

Prejuízos nos mecanismos biológicos relacionados à adaptação social levando a emergência de fenótipos, heterogêneos, associados aos quadros de transtornos globais de desenvolvimento (p. 06)

As dificuldades das crianças se tornou ainda mais marcante no ingresso na escola onde a atenção e a compreensão além do entrosamento com o grupo são necessárias para as práticas educacionais e a criança com autismo apresenta grandes dificuldades além do isolamento. Diante desses casos o professor deve estar preparado para trabalhar com estas situações possuindo diferentes recursos além de especialização para atuação diante dessa síndrome proporcionando assim um desenvolvimento satisfatório com um trabalho específico fazendo com que o aluno tem a possibilidade de aprender e de se relacionar devendo, portanto haver uma análise a cada caso com as suas especificidades.

O autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restrito-repetitivas (...) Kanner observou crianças com uma inabilidade no relacionamento interpessoal que a diferenciava de outras patologias, bem como atrasos na aquisição da fala e dificuldades motoras. (CUNHA, 2012, p.20)

A escola sempre foi a porta de entrada social para todos os seres humanos. Além de cumprir um direito previsto na Constituição Federal, da universalidade do acesso, a escola é também a passagem da criança da vida familiar para o convívio em sociedade, onde aprenderá seus valores, seus conceitos e seus processos.

São inúmeros os especialistas que afirmam que a escola tem um papel fundamental na promoção do conhecimento social, no grande desenvolvimento das capacidades cognitivas e

vai incidir, claramente, na compreensão que as crianças têm do mundo social e suas particularidades.

Embora extremamente importante e alvo de constantes estudos, é certo que a forma da escola cumprir seu papel de inclusão social precisa ser constantemente revisto e adequado às necessidades atuais, entende que é preciso compreender de que forma a escola contribui para a socialização, levando em conta as diversas características envolvidas neste processo como a aquisição de valores éticos e morais bem como a construção da identidade e a capacidade de relacionar-se e interagir de uma criança com algum problema psicológico.

O transtorno autista consiste na presença de um desenvolvimento comprometido ou acentuadamente anormal da interação social e da comunicação e um repertório muito restrito de atividades e interesses. As manifestações do transtorno variam imensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo.

O transtorno autista consiste na presença de um desenvolvimento comprometido ou acentuadamente anormal da interação social e da comunicação e um repertório muito restrito de atividades e interesses. As manifestações do transtorno variam imensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo.

Incapacidade para estabelecer relações com as pessoas, um vasto conjunto de atrasos e alterações na aquisição e no uso da linguagem e uma obsessão em manter o ambiente intacto, acompanhada da tendência a repetir uma sequência limitada de atividades ritualizadas. (ORRÚ, 2012, p. 19)

A criança autista é sempre um desafio para a sua família e para os profissionais que o acompanharão ao longo da vida. É comum, os professores relatarem os autistas como sendo os alunos agressivos, pouco comunicativos, agitados e indiferentes às ordens. “a prova de que, apesar das dificuldades, incluïrem crianças com necessidades especiais beneficia a todos”.

Para beneficiar a todos é preciso haver estïmulos legais para esse processo e preparo dos professores para obterem sucesso. Especialistas da educaçã de inclusã no paï, afirmam que é possïvel acreditar que a educaçã de qualidade para todos é uma possibilidade que transcende a teoria.

Só haverã inclusã de autista e de qualquer outra criança portadora de necessidade especial quando for possïvel constatar evoluçã e progresso desses alunos na sua escolaridade. Quando nã há condições físicas e tïcnicas e nem professores habilitados para

atuarem, as crianças ficam ociosas, esquecidas nas salas de aulas, gerando maior frustração em si e na família.

O autismo possui diversas características, com diferentes tipos de comportamentos e limitações. Dentre essas temos a ausência de comunicação verbal, convívio social, muitos sintomas surgem antes dos três anos de idade e permanece na vida adulta.

Segundo pesquisas a cada 1000 crianças, 5 são portadoras de autismo, sendo mais comuns no sexo masculino. Para Gauderer (1977, p. 19), esta é uma desordem comportamental e emocional, devido a algum tipo de comprometimento orgânico cerebral, e não de origem psicogênica. Ele define, entre suas características, uma diminuição do ritmo do desenvolvimento psiconeurológico, social e linguístico, bem como ouvir, ver, tocar, sentir, equilibrar e degustar. A relação com pessoas, objetos ou eventos é realizada de uma maneira não usual, levando a crer que haja um comprometimento orgânico do sistema nervoso central.

As anomalias e o nível de comprometimento diversificam vastamente, no entanto é habitual relatar o autismo como espectro de transtornos, nomeado genericamente de transtornos invasivos do desenvolvimento. Silva (2012, p. 109): Afirma que crianças com autismo clássico, isto é, aquelas crianças que têm maiores dificuldades de socialização, comprometimento na linguagem e comportamentos repetitivos, fica clara a necessidade de atenção individualizada. Essas crianças já começam sua vida escolar com diagnóstico, e as estratégias individualizadas vão surgindo naturalmente. Muitas vezes, elas apresentam atraso mental e, com isso, não conseguem acompanhar a demanda pedagógica como as outras crianças. Para essas crianças serão necessários acompanhamentos educacionais especializados e individualizados.

Muitos foram os critérios de classificação para estes transtornos no manual de desenvolvimento formalizados pelo instituto de diagnóstico e Estatístico da Associação Americana de Psiquiatria e pela Classificação Internacional de Doenças, descrita e publicada pela Organização Mundial de Saúde.

A origem do autismo ainda é desconhecida, embora os estudos realizados apontem para um forte componente genético. Pois não há um padrão de herança característico, o que sugere que o autismo seja condicionado por um mecanismo multifatorial, no qual diferentes combinações de alterações genéticas associadas à presença de fatores ambientais predisponentes podem desencadear o aparecimento do distúrbio.

Para Cunha (2012, p. 4), o autismo está associado a um conjunto de comportamentos que acaba por comprometer a comunicação dificuldades na interação social e nas atividades repetitivas assim a criança apresenta alterações na afetividade e não se interessa pelo brincar

com dificuldades na fala sendo uma criança tímida com um comportamento que prejudica o seu desenvolvimento e a sua interação social.

O autismo quando é grave, acaba por incapacitar a criança em diferentes atividades, acarretando dificuldades intelectuais, com comprometimento de suas diferentes aprendizagens, além de prejuízos no convívio familiar.

Buscando uma forma de favorecer o desenvolvimento do indivíduo estudos foram realizados e nesse sentido temos:

Esta diretriz estabelece o cuidado às pessoas com deficiência temporária ou permanente; progressiva; regressiva ou estável; intermitente ou contínua. Serve de atenção para a reabilitação da pessoa com Transtorno do Espectro Autismo foi uma ação conjunta de profissionais, pesquisadores e especialistas, com experiência reconhecida em diversas profissões da saúde e pertencentes a sociedades científicas e profissionais (BRASIL, 2013 p. 5)

Assim a preocupação com o processo de habilitação e reabilitação dos indivíduos é uma realidade social e educacional, que oferecem diretrizes e orientações relativas aos cuidados que os profissionais devem ter além de direcionar os cuidados da família para com os autistas.

Inicialmente aqueles que apresentam o transtorno do espectro autismo devem ser encaminhados para uma avaliação por um especialista psiquiatra ou neurologista, além de ser acompanhado por uma equipe interdisciplinar, capaz de reconhecer o transtorno. Cada profissional, dentro da sua área fará uma análise específica. Após análise, é possível a intervenção buscando assim, respostas positivas às diferentes terapias, visto que o diagnóstico numa fase inicial facilita a resposta ao tratamento, em virtude da maior plasticidade das estruturas do cérebro.

Os programas de intervenção devem ser iniciados o quanto antes, visto que as características já estão presentes a partir dos 3 anos de idade, possibilitando assim, um diagnóstico precoce. Esse diagnóstico já deve vir acompanhado de sugestão de tratamento possibilitando assim, um envolvimento de equipe médica multidisciplinar e da família, onde os sinais clínicos devem ser compreendidos, a fim de que possibilitem uma condição de vida adequada, e direcionando os cuidados necessários, cuidados que deverão ser feitos de forma compartilhada entre profissionais e família.

Mesmo autismo não tendo cura é comprovado que o seu tratamento faz com que haja mudanças nas diferentes experiências cotidianas.

Os pais são especialistas no que diz respeito aos filhos. Ninguém conhece seu filho melhor do que você. Se suspeitar que haja algo errado, talvez tenha razão. Em geral,

a dificuldade é entender qual é o problema, sua gravidade e com quem compartilha as preocupações. A princípio, muitos de nós escutam essas ansiedades com a família e amigos e depois consultamos um profissional da área de saúde se ainda estivermos preocupados. Na maioria das vezes ficamos mais tranquilos e, rápida ou gradualmente, os comportamentos que nos preocupam desaparecem. Ocasionalmente, contudo, o comportamento da criança e as preocupações dos pais persistem. Se for esse o caso, é preciso consultar novamente o profissional de saúde. (WILLIAMS, 2008, p. 03)

Portanto, se torna claro a seus pais que algo de errado existe, visto que a criança passa parte do tempo em seu próprio mundo e trata as pessoas ao seu redor como se fossem objetos, não compreendem a linguagem, e não buscam pelos brinquedos como forma de passatempo. As dificuldades podem de início ser sutis, e com o tempo, ficam mais óbvias, comumente na escola, onde estão presentes os atrasos no mundo simbólico e imaginativo trazendo prejuízos no seu potencial cognitivo.

A dificuldade de apresentar no comportamento adequado às expectativas sociais faz com que os autistas não respondam as emoções, sejam próximos aos seus pais, no entanto, há dificuldades de interação com o grupo.

As mudanças comportamentais das crianças não podem ser desconsiderados e devem ser diagnosticadas independentemente do seu grau, e assim, haverá mais facilidade para lidar com tais situações

2. Os desafios sociais e educacionais da inclusão

Muito se fala a respeito dos direitos e necessidades das pessoas com necessidades educacionais especiais. Porém, percebe-se que a pessoa portadora de deficiência tem encontrado grandes obstáculos para a sua aceitação e participação na sociedade.

É necessário refletir no que se refere a real inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, como um todo, o que ainda esteja impedindo ou dificultando, a presença ou permanência destes sujeitos no meio social.

É imprescindível lembrar os profissionais da educação e os pais, para que percebam que as pessoas com necessidades educacionais especiais possuem os mesmos direitos constitucionais como qualquer outro cidadão, inclusive lhe é assegurado um ambiente sadio e adaptado às suas necessidades inclusivas.

Portador de deficiência e de necessidades especiais é aquele que apresenta em caráter temporário ou permanente, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrente de fatores inatos ou adquiridos, que acarretam dificuldades em sua interação com o

meio social, necessitando por isso, de recursos especializados para desenvolver seu potencial e superar ou minimizar suas dificuldades.

A inclusão no meio escolar tem causado entre pais, alunos e professores muitas dúvidas de como lidar com a questão. Embora a escola trabalhe e conviva com as crianças, o professor tem dificuldade em preparar uma aula inclusiva. A educação é uma questão de direitos humanos e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas. Mesmo assim, percebemos que muitas crianças ainda estão em sala de aula com atividades limitadas, principalmente pela dificuldade que o professor tem de planejar conteúdos e de comunicar-se com o aluno deficiente.

Há de se pensar que para que a inclusão se efetue, não basta estar garantido na legislação, mas demanda modificações profundas e importantes no sistema de ensino. Essas mudanças devem levar em conta o contexto socioeconômico, além de serem gradativas, planejadas e contínuas para garantir uma educação de ótima qualidade. (TEIXEIRA; NUNES, 2010, p.28).

Como ponto relevante para esta transformação, e talvez o melhor, é a Educação. Iniciando na própria família, havendo ou não, pessoas portadoras de necessidades educativas especiais. Educação nas redes escolares, de forma a receber e estar preparada para receber esta clientela para atendimento ao aluno real, com todas as suas diferenças, e não ao aluno ideal, como acontece na maioria das instituições.

Compreendemos que a pessoa deficiente possui aptidões inatas e capacidades adquiridas, as quais estão apenas condicionadas a uma deficiência, ou seja, a falta de um determinado potencial físico ou sensorial, mas que a sua base de personalidade reage e se manifesta como as outras pessoas situadas na chamada normalidade física e sensorial.

No entanto, à medida que vamos conhecendo uma pessoa com deficiência, e convivendo com ela, constatamos que ela não é incapaz. Pode ter dificuldades de realizar algumas atividades, mas, por outro lado, em geral, tem extrema habilidade em outras. Exatamente como nós, que temos habilidades e talentos característicos; e nas pessoas com deficiência, essas manifestações são apenas mais visíveis e acentuadas.

O processo de inclusão em educação constitui um paradigma educacional que se fundamenta na concepção de direitos humanos, que busca articular igualdade e diferença como valores indissociáveis. Esse processo reconhece as dificuldades existentes nos sistemas de ensino e busca criar alternativas para superá-las, ou seja, implica uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas necessidades atendidas e participação garantida no processo de ensino-aprendizagem. Vale lembrar que isto não significa, de modo algum, desobrigar o Estado de suas responsabilidades com a Educação e simplesmente transferi-las para as escolas. No contexto da inclusão na educação, a política

nacional tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares.” (SANTIAGO; COSTA; GALVÃO; SANTOS, 2013, p. 461).

Muitas pessoas famosas superaram suas dificuldades especiais e entraram para a história. Thomas Edson, o inventor da lâmpada elétrica, nasceu com a cabeça muito grande, mas sua mãe nunca concordou com os médicos e professores que diziam ser ele um “deficiente mental”. Retirou-o da escola e passou a ensiná-lo sozinho. Aghata Cristie, a mais famosa escritora policial de todos os tempos, produziu suas dezenas de Best-sellers ditando para um gravador ou uma secretária: ela tinha extrema dificuldade de escrever. Albert Einstein não falou até os 4 anos e só conseguiu ler aos 11 anos.

Existem muitas experiências de sucesso na inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas brasileiras. Apesar dos grandes avanços e da atuação firme do MEC no sentido de promover a inclusão, ainda estamos longe de chegar efetivamente a uma escola de qualidade para todos.

A meta é incluir todos os alunos, ou seja, garantir um ensino de qualidade para absolutamente todos: deficientes, pobres, negros, marginais; ninguém deve ser excluído, principalmente os que apresentam dificuldade de aprendizagem. É um processo, um desafio ao mesmo tempo uma troca afetiva. A aproximação se dá exatamente pelo lado afetivo e é um trabalho para toda a sociedade, um trabalho essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual as diferenças sejam consideradas e respeitadas.

Os direitos que nos cercam são bastante elaborados, postos em discussão em congressos e instituições internacionais, mas em geral, não são postos em prática.

Como educadores, temos que trabalhar em conjunto com as famílias e os próprios deficientes a fim de nos organizar para buscarmos os direitos que nos são concedidos e constantemente violados.

O fato de abordar a inclusão do deficiente dentro da escola se demonstra muito atual, pois com o passar dos anos, as pessoas se mostram cada vez menos satisfeitas com seus direitos cerceados, e somente com a instrução adequada seremos capazes de lutar por aquilo que nos é assegurado no papel.

Partindo do princípio de que a função social da escola é a de possibilitar o acesso ao conhecimento, ter garantida a aprendizagem dos conteúdos indispensáveis à vida e de que todos os alunos possuam a capacidade de aprender, a questão é: até que ponto os alunos conseguirão acompanhar o processo com resultado satisfatório? A atuação pedagógica deve

valorizar os conteúdos que os alunos já detêm, promovendo o avanço ao conhecimento, possibilitando a aquisição de conhecimentos significativos em sociedade?

A escola dá esperança onde a Medicina não dá mais! Crianças portadoras de necessidades especiais que são matriculadas em estabelecimentos de Ensino Regular têm experimentado um inédito progresso escolar e pessoal. Trata-se da inclusão, uma bem sucedida iniciativa que propõe a convivência em classe entre alunos normais e aqueles que necessitam de cuidados especiais. A inclusão, recentemente implantada, já vem mostrando resultados animadores.

A inclusão é um desafio social. E para obtermos resultados temos que criar um ambiente solidário, onde temos consciências que necessitamos o tempo todo do outro, senão teremos apenas ações caridosas, estanques e inócuas. A escola diante da inclusão de pessoas que necessitam de atenção especial vive um momento de transição, onde paradigmas estão sendo revistos.

O importante é como proceder com a inclusão dos alunos que necessitam de atendimento educacional diferenciado: não é apenas colocá-lo fisicamente em sala de aula. O professor que enfrenta o desafio necessita dar novo desenvolvimento à sua pedagogia, com uma formação generalista, para que saiba lidar com as diferenças individuais de seus alunos e para que se torne apto a adotar metodologias diversificadas, de modo a garantir o aprendizado dos mais variados tipos de educandos.

Em nossas escolas, atualmente, têm aumentado a oferta de uma variedade imensa de alunos com dificuldades e/ou distúrbios. Ora nos deparamos com crianças que apresentam desordem emocional, comportamental, ora com crianças com distúrbios neurológicos, genéticos entre outros.

A evolução do direito à uma educação inclusiva é retomada para definir, em rápidas pinceladas históricas, ao longo do caminho percorrido entre a exclusão e a inclusão escolar e social. Buscando refletir sobre o porquê das necessidades especiais precisarem ser atendidas na escola, proporcionando a todos oportunidades de aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de suas reais potencialidades. Ao refletir sobre a formação inicial do professor na escola que temos, constatamos que os desafios são enormes e os que militam na educação se vêm atordoados diante de tantas dificuldades e contradições.

A importância de discutir a inclusão, se justifica pelo fato de que, para os deficientes, ainda hoje a inclusão não é uma realidade em todas as escolas, sejam elas públicas ou privadas.

Com o Plano Nacional de Educação, temos nele, um capítulo destinado à Educação Especial. Este documento tece um diagnóstico e traça as diretrizes, objetivos e metas para os

próximos 10 anos. Segundo o PNE, a oferta de educação especial poderá ser realizada de três formas: participação nas classes comuns, sala especial e escola especial. Sendo que, as salas e escolas especiais devem ser apenas para aqueles que realmente não puderem ser atendidos nas salas convencionais.

Contudo, observamos que o número de matrículas de alunos com necessidades especiais em escolas regulares tem aumentado, enquanto que as matrículas em escolas especiais têm diminuído.

Falar de inclusão, em nossa sociedade, é um desafio. Porque simplesmente, esta dita sociedade possui barreiras para separar as escolas regulares dos alunos com necessidades especiais. A primeira, e mais difícil, é o preconceito. A segunda é a estrutura física, que embora não seja tão difícil de ser superada, o poder público não tem disponibilizado verbas suficientes para que estas barreiras sejam superadas. Outra barreira é a falta de conhecimento a respeito dos direitos dos deficientes por parte dos seus familiares. Como lutar por direitos se não se sabe nem mesmo que eles existem.

Desta forma, é urgente o início de um trabalho de divulgação dos direitos que os deficientes possuem, para que assim, eles possam, de fato, lutar por tais direitos.

Quanto às nossas escolas, de fato, elas não estão mesmo preparadas para recebê-los. Entretanto, se for esperar que ela se prepare literalmente, esta inclusão demorará ainda mais para ocorrer.

Entretanto, apesar de toda e qualquer dificuldade, nada deve impedir que a inclusão aconteça. Mesmo porque, uma vez que a inclusão está prevista na nossa Carta maior, a Constituição, isto faz da inclusão direito inalienável e como direito subjetivo, que é, poderá se constituir um crime a escola que não receber os alunos que tenham necessidades especiais.

As ações têm que se mostrar em consonância com a lei, desta forma é necessário que toda criança e adolescente estejam matriculados numa escola, façam parte de uma turma em sala de aula e nesta aula possuam pelo menos um professor envolvido e que ame as pessoas diferentes, para que a inclusão não se torne um clichê.

A viabilidade de implementação de uma escola inclusiva, um processo resultante da evolução histórica calcada nos direitos humanos, meta internacional a ser seguida por aqueles comprometidos com a integração do cidadão à sociedade, depende, porém, de um amplo consenso da sociedade respeito da aceitação dos portadores de necessidades especiais na vida social e da compreensão do seu direito à cidadania.

Hoje, de cada 100 estudantes com necessidades especiais, 24 estudam com os demais alunos em classes comuns, e 76 estão exclusivamente em escolas especializadas ou em classes especiais.

A expansão do processo de inclusão no Brasil segue uma tendência mundial de garantir o acesso aos serviços educacionais a todas as pessoas. É uma educação voltada para a convivência e o respeito à diversidade.

Muitos consideram que a palavra “deficiente” tem um significado muito forte, carregado de moral e que se contrapõe ao “eficiente”. Levaria a supor que a pessoa deficiente não é capaz e, sendo assim, então é incompetente e sem inteligência. A ênfase recaia no que falta, na sua limitação, acarretando um sentimento de desprezo, chacota, piedade ou pena.

Esses sentimentos, por sua vez, provocam atitudes carregadas de paternalismo e de assistencialismo, voltadas para uma pessoa considerada incapaz de estudar, de se relacionar com os demais, de trabalhar e de constituir família.

Os direitos que nos cercam são bastante elaborados, postos em discussão em congressos e instituições internacionais, mas em geral, não são postos em prática.

Como educadores, temos que trabalhar em conjunto com as famílias e os próprios deficientes a fim de nos organizar para buscarmos os direitos que nos são concedidos e constantemente ao violados.

Partindo do princípio de que a função social da escola é a de possibilitar o acesso ao conhecimento, ter garantida a aprendizagem dos conteúdos indispensáveis à vida e de que todos os alunos possuam a capacidade de aprender, a questão é: até que ponto os alunos conseguirão acompanhar o processo com resultado satisfatório? A atuação pedagógica deve valorizar os conteúdos que os alunos já detêm, promovendo o avanço ao conhecimento, possibilitando a aquisição de conhecimentos significativos em sociedade?

O que esperar da escola? Não é apenas ajudar a desenvolver a inteligência e habilidades de seus usuários, mas ampliar as visões do mundo, tornando-os verdadeiramente úteis à sociedade e ao mundo. Para o aluno, junto com a oferta de oportunidade, também é garantido o acesso e permanência na escola, bem como a sua terminalidade acadêmica.

A escola dá esperança onde a Medicina não dá mais! Crianças portadoras de necessidades especiais que são matriculadas em estabelecimentos de Ensino Regular têm experimentado um inédito progresso escolar e pessoal. Trata-se da inclusão, uma bem sucedida iniciativa que propõe a convivência em classe entre alunos normais e aqueles que necessitam de cuidados especiais. A inclusão, recentemente implantada, já vem mostrando resultados animadores.

A prática da inclusão social se baseia em princípios diferentes do convencional: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem por meio da cooperação.

A integração significa a inserção da pessoa deficiente preparada para conviver em sociedade. Já a inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais, buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania. Então preparar a escola para incluir nela o aluno especial, e não o contrário.

Cada indivíduo com personalidade própria e padrões específicos de desempenhos, é dotado de um potencial que, convenientemente orientado, pode permitir, quase sempre, a sua auto-realização.

Devem ser feitas adaptações curriculares, de modo a adequarem três níveis: as individuais; as feitas no currículo, e aquelas realizadas no projeto político-pedagógico da escola.

As adaptações curriculares apóiam-se nesses pressupostos, objetivando estabelecer uma relação harmônica entre essas necessidades e a programação curricular, estas que devem se realizar em ambientes menos restritivos e pelo menor período de tempo, de modo que favoreçam a promoção do aluno a formas cada vez mais comuns de ensino.

O fato de abordar a inclusão do autista dentro da escola se demonstra muito atual, pois com o passar dos anos, as pessoas se mostram cada vez menos satisfeitas com seus direitos cerceados, e somente com a instrução adequada seremos capazes de lutar por aquilo que nos é assegurado no papel.

No desenvolvimento deste trabalho, objetiva-se demonstrar o quão importante é a educação em nosso país atender a clientela especial, bem como ressaltar que ainda há muito que ser feito em nosso país, para que atinjamos uma sociedade ideal, que proporcione condições iguais, auxiliando aqueles que mais necessitam, abordando as características da escola, bem como abordar a educação como um direito que a todos é assegurado, inclusive ao deficiente, de modo que a família esteja sempre presente e participando do processo educacional, buscando sempre alternativas para a promoção da educação inclusiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é um desafio social. E para obtermos resultados temos que criar um ambiente solidário, onde temos consciências que necessitamos o tempo todo do outro, senão teremos apenas ações caridosas, estanques e inócuas. A escola diante da inclusão de pessoas que

necessitam de atenção especial vive um momento de transição, onde paradigmas estão sendo revistos.

O importante é como proceder com a inclusão dos alunos que necessitam de atendimento educacional diferenciado: não é apenas colocá-lo fisicamente em sala de aula. O professor que enfrenta o desafio necessita dar novo desenvolvimento à sua pedagogia, com uma formação generalista, para que saiba lidar com as diferenças individuais de seus alunos e para que se torne apto a adotar metodologias diversificadas, de modo a garantir o aprendizado dos mais variados tipos de educandos.

Em nossas escolas, atualmente, têm aumentado a oferta de uma variedade imensa de alunos com dificuldades e/ou distúrbios. Ora nos deparamos com crianças que apresentam desordem emocional, comportamental, ora com crianças com distúrbios neurológicos, genéticos entre outros.

A inclusão social é o processo de adequação da escola para que todos os alunos possam receber uma educação de qualidade, cada um a partir da realidade com que ele chega à escola, independentemente de raça, etnia, situação socioeconômica, deficiências, etc. é a escola que deve ser capaz de acolher todo o tipo de aluno e de lhes oferecer respostas compatíveis com as suas habilidades, necessidades e expectativas. Cabe à escola se adaptar às necessidades dos alunos e não os alunos se adaptarem ao modelo da escola.

4 REFERÊNCIAS

_____. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do SUS / Ministério da Saúde.** Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CUNHA, E. **Autismo e Inclusão:** psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 4. ed. - Rio de Janeiro: Wak, 2012.

GAUDERER, E. C. **Autismo.** S.P.: ATHENEU, 1977.

PETERSEN, C. S; WAINER, R. **Terapias cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

ORRÚ, E. S. **Autismo, linguagem e educação:** interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

SANTIAGO, M. C.; COSTA, E.S.; GALVÃO, S.V.; SANTOS, M.P. **Inclusão no Sistema Educacional:** desafios para a gestão escolar. In: Anais do VII Congresso Brasileiro

Multidisciplinar de Educação Especial/ VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina: 2013.

SANTOS, Neide Pereira. **O desenvolvimento intelectual da criança com autismo e o método TEACCH**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Licenciatura em Pedagogia. Faculdade Método de São Paulo, 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade** (2013). Instituto de Estudos da criança Universidade do Minho. Disponível em: http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/encruzilhadas.pdf. Acesso em 10 de julho de 2019.

SILVA, A. B. B. **Mundo singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

TEIXEIRA, J.; NUNES, L. **Avaliação Inclusiva**: a diversidade reconhecida e valorizada. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

WILLIAMS, Chris. **Convivendo com autismo e síndrome de asperger**: estratégias práticas para pais e profissionais. São Paulo: Mbooks, 2008.